

Eleições e democracia

AUGUSTO MARZAGÃO

Em poucos dias, o povo brasileiro estará indo às urnas depois de um jejum de quase 30 anos, para a escolha, pelo voto direto, do futuro presidente da República.

Muito se tem falado sobre o desdobramento do processo eleitoral, principalmente agora, com a entrada em cena de mais um candidato.

O fato político em si é relevante, pois revela a facilidade com que as pessoas abordam esta questão, levantando suspeitas e, em alguns casos, falseando a verdade sobre os acontecimentos que sacudiram o panorama eleitoral.

O presidente da República foi acusado de armar uma jogada política que, se verdadeira, teria a marca da genialidade. No caso, o que estaria em discussão seria a ética e sua adequação ao momento, nunca a legalidade da ação.

Entretanto, tendo o chefe da Nação optado por se manter na posição de magistrado, descabe insistir nessa teoria.

Aliás, não se cultiva com

grandeza a veracidade dos fatos quando se atribui interesse eleitoral ao veto à legislação que possibilitou o surgimento da controvérsia. É bom lembrar que o artigo 8º da Lei Eleitoral era inconstitucional. Contemplava retroatividade a 15 de maio, data-limite da filiação partidária, quando o diploma legal teve vigência a partir do dia 9 de junho, ou seja, 25 dias depois.

O Congresso Nacional, com o seu elevado discernimento e competência, também entendeu prudente que a matéria deveria seguir o seu curso, da forma que hoje se encontra, confirmando o veto do presidente.

Verifica-se, pois, que todos sabiam o que poderia acontecer: O resto fica por conta da dialética da caça ao voto.

A realidade da política brasileira é singular. O sistema presidencialista não raro responde sozinho pelos descertos de toda a Nação. Também, favorece a crítica ao alvo mais fixo em que se transforma o presidente da República.

Em artigo inserto no jornal O Estado de S. Paulo no dia 5 de outubro, tive oportunidade de ponderar sobre a conveniência da revisão constitucional, já a partir de 1991. Não seria adequado para o País postergar o exame, profundo e sério, da verdade política que deve balizar o futuro, sem casuísmos vinculados a eventuais maiorias, que ocasionalmente estariam se formando na esteira da infidelidade partidária. Isto é, quase nenhum compromisso com os partidos e com o povo e muito maior vinculação a situações de fisiologismo político.

Afinal, de quem é a culpa? Os partidos não são estáveis por culpa dos políticos? O atual sistema de governo favorece o status quo? Enfim, a atual geração de políticos terá de enfrentar esses desafios, até mesmo como ponto de partida para recuperar a sua imagem de credibilidade hoje bastante desgastada.

O Brasil não pode se eternizar como o país das frustrações, no tocante à estrutura político-partidária. A socie-

dade nacional — pujante, combativa e democrática — naturalmente vai definir o seu novo caminho, importando na rigorosa seleção de seus representantes.

As recentes pesquisas eleitorais indicando que os candidatos chegarão embolados, para a decisão do dia 15, refletem as dúvidas e os questionamentos dessa nova postura da comunidade. Por exemplo, está ficando para trás o tempo em que se ganhava no grito ou com a virulência da agressão gratuita e dos apelos emocionados ao populismo e à demagogia. Agora, o povo quer mais. Quer programas. Busca líderes conscientes, equilibrados e competentes.

A democracia que propõe a jornada eleitoral tem, nas eleições, a garantia de sua permanência. Esta feliz concertação é o que interessa. O resto fica por conta do discurso e do palânque.

Fora disso, não vale a pena. Ou melhor, somente mostra a alma pequena...

Augusto Marzagão é secretário particular do presidente José Sarney.